

APRESENTAÇÃO

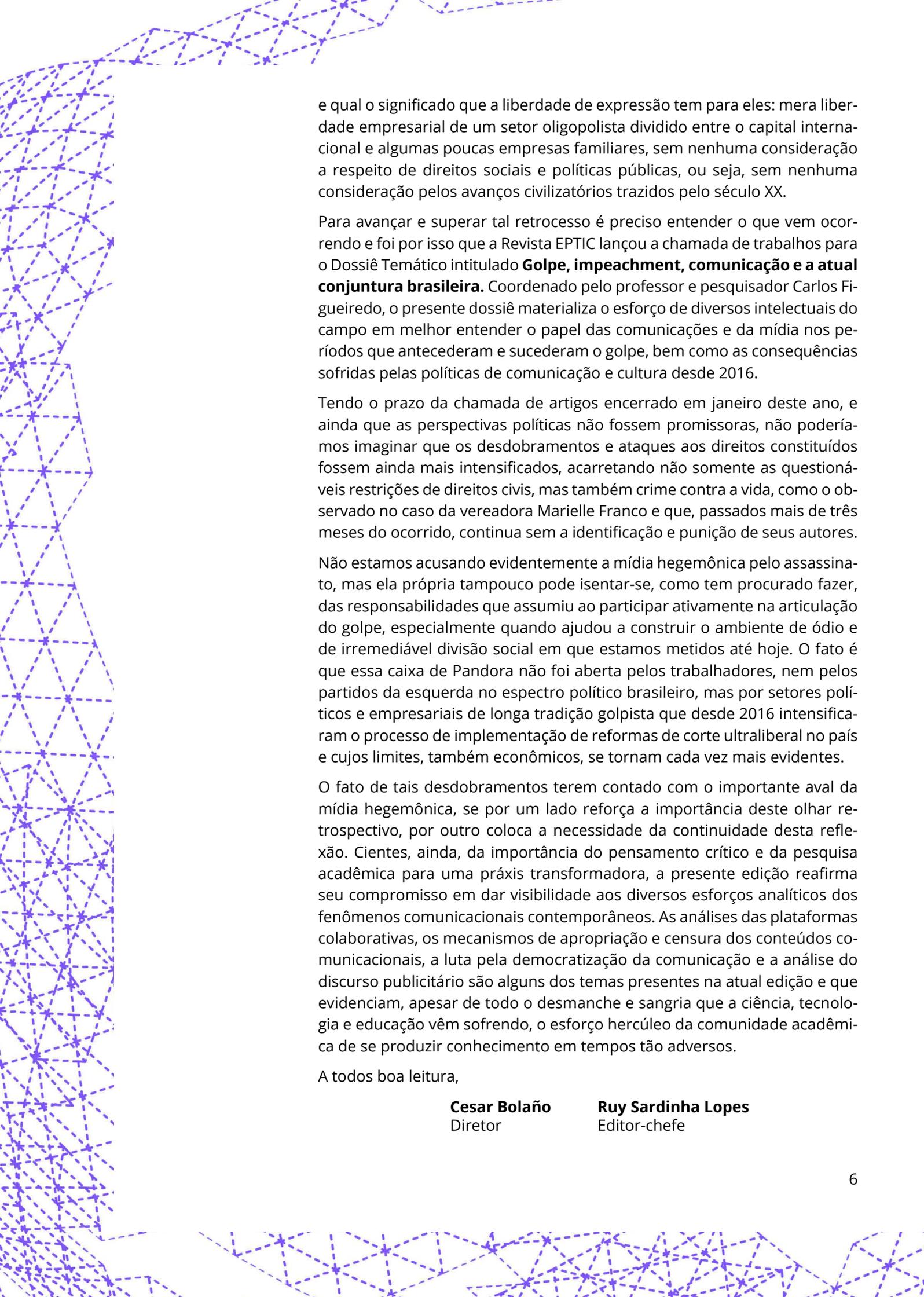
Este número da Revista EPTIC, o segundo do seu décimo nono ano já de existência, encontra o país em uma situação que, em 1999, ano da publicação do seu número de estreia, seria, para dizer o mínimo, imprevisível. Consolidada a transição democrática, superadas as contradições do governo Sarney, o trauma do *impeachment* de Collor de Mello e a hiperinflação herdada do regime militar, debelada no governo de Itamar Franco, o país se dividia entre dois projetos de corte socialdemocrata, um encabeçado pelo PSDB de Fernando Henrique Cardoso, então presidente da República, e outro pelo PT de Luiz Ignácio Lula da Silva, que em breve se tornaria o primeiro presidente operário do país.

Entre a centro-direita e a centro-esquerda, vivemos, ao longo desses anos, um processo, pode-se dizer, de reconstrução nacional, em que os avanços definidos na Constituição Cidadã de 1988 pareciam encontrar finalmente condições propícias para materializar-se e, de fato, em meio às contradições, passos importantes foram dados, ainda que bastante insuficientes frente ao atraso acumulado.

No campo da comunicação, Murilo Ramos fez um balanço precioso, em artigo importante, com o sugestivo título *O feitiço do tempo e a regulação da mídia*, às vésperas do vendaval que assolaria o país com o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, sobre as vacilações dos governos petistas. O fato é que, enquanto outros países latino-americanos aproveitaram a onda progressista que marcou o continente ao longo da primeira década do século XXI para produzir legislações inovadoras tendentes a democratizar os sistemas de comunicação social, o Brasil dos governos petistas abriu mão dessa possibilidade, fez muito pouco, quase nada, nesse sentido, ficando as mudanças de fato ocorridas, pautadas pelo mercado, em função das inovações tecnológicas e pressões internacionais.

Os retrocessos trazidos pela mudança institucional de 2016 são de toda ordem, com ataque a direitos consolidados, conquistas não apenas da Constituição de 1988, mas da Consolidação das Leis do Trabalho, dos anos 40 do século passado, para não falar da frustrada tentativa de redefinir o conceito de trabalho escravo, que significaria um retorno, para os setores mais desvalidos da sociedade brasileira, a situações vigentes no século XIX.

Também no campo da comunicação ocorreram retrocessos. Talvez não tão visíveis, pois os avanços anteriores foram extremamente limitados, como dissemos, mas o caso da TV pública é exemplo claro de como os setores que se apoderaram do Estado brasileiro em 2016 lidam com a comunicação



e qual o significado que a liberdade de expressão tem para eles: mera liberdade empresarial de um setor oligopolista dividido entre o capital internacional e algumas poucas empresas familiares, sem nenhuma consideração a respeito de direitos sociais e políticas públicas, ou seja, sem nenhuma consideração pelos avanços civilizatórios trazidos pelo século XX.

Para avançar e superar tal retrocesso é preciso entender o que vem ocorrendo e foi por isso que a Revista EPTIC lançou a chamada de trabalhos para o Dossiê Temático intitulado **Golpe, impeachment, comunicação e a atual conjuntura brasileira**. Coordenado pelo professor e pesquisador Carlos Figueiredo, o presente dossiê materializa o esforço de diversos intelectuais do campo em melhor entender o papel das comunicações e da mídia nos períodos que antecederam e sucederam o golpe, bem como as consequências sofridas pelas políticas de comunicação e cultura desde 2016.

Tendo o prazo da chamada de artigos encerrado em janeiro deste ano, e ainda que as perspectivas políticas não fossem promissoras, não poderíamos imaginar que os desdobramentos e ataques aos direitos constituídos fossem ainda mais intensificados, acarretando não somente as questionáveis restrições de direitos civis, mas também crime contra a vida, como o observado no caso da vereadora Marielle Franco e que, passados mais de três meses do ocorrido, continua sem a identificação e punição de seus autores.

Não estamos acusando evidentemente a mídia hegemônica pelo assassinato, mas ela própria tampouco pode isentar-se, como tem procurado fazer, das responsabilidades que assumiu ao participar ativamente na articulação do golpe, especialmente quando ajudou a construir o ambiente de ódio e de irremediável divisão social em que estamos metidos até hoje. O fato é que essa caixa de Pandora não foi aberta pelos trabalhadores, nem pelos partidos da esquerda no espectro político brasileiro, mas por setores políticos e empresariais de longa tradição golpista que desde 2016 intensificaram o processo de implementação de reformas de corte ultraliberal no país e cujos limites, também econômicos, se tornam cada vez mais evidentes.

O fato de tais desdobramentos terem contado com o importante aval da mídia hegemônica, se por um lado reforça a importância deste olhar retrospectivo, por outro coloca a necessidade da continuidade desta reflexão. Cientes, ainda, da importância do pensamento crítico e da pesquisa acadêmica para uma práxis transformadora, a presente edição reafirma seu compromisso em dar visibilidade aos diversos esforços analíticos dos fenômenos comunicacionais contemporâneos. As análises das plataformas colaborativas, os mecanismos de apropriação e censura dos conteúdos comunicacionais, a luta pela democratização da comunicação e a análise do discurso publicitário são alguns dos temas presentes na atual edição e que evidenciam, apesar de todo o desmanche e sangria que a ciência, tecnologia e educação vêm sofrendo, o esforço hercúleo da comunidade acadêmica de se produzir conhecimento em tempos tão adversos.

A todos boa leitura,

Cesar Bolaño
Diretor

Ruy Sardinha Lopes
Editor-chefe